

EDUCAÇÃO
V.13 • N.2 • 2026 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2026v13n2p136-152



POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA- TEA EM PORTO VELHO (2021-2024): AVANÇOS E DESAFIOS DA INCLUSÃO

EDUCATIONAL POLICIES FOR PEOPLE WITH DISABILITIES AND
AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN PORTO VELHO (2021-
2024): ADVANCES AND CHALLENGES OF INCLUSION

POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD
Y TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN PORTO VELHO
(2021-2024): AVANCES Y DESAFÍOS DE LA INCLUSIÓN

Merilene Galdino dos Santos Martins¹
Regiane Mendes da Silva²
Fábio Santos de Andrade³

RESUMO

O presente artigo analisa as políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Porto Velho, entre os anos de 2021 à 2024. A questão norteadora que orienta o estudo é: quais avanços e desafios marcaram a execução das políticas públicas educacionais inclusivas em Porto Velho nesse período supracitado? O objetivo geral é analisar as políticas públicas educacionais implementadas pela Prefeitura de Porto Velho, com foco nas ações voltadas para inclusão de pessoas com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Neste trabalho buscamos embasamento teórico em Lütke e Mega em, além de realizarmos análise documental, acessando a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG) para identificar o plano da última gestão, o Plano Municipal Educacional (PME) e o Planejamento Estratégico, que evidenciam o compromisso com a Educação Especial e a execução de ações de Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino. Por meio deste estudo, e com dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), busca-se constatar como está a educação especial na rede municipal de ensino diante de desafios como a pandemia de Covid-19, ações deliberativas do poder público e a formação permanente de professores. Este trabalho evidencia que os avanços precisam ser acompanhados de maior continuidade e avaliação, de modo a garantir uma educação equitativa e inclusiva. Espera-se que este estudo confira maior visibilidade às políticas públicas de educação especial, impulsionando melhorias que contemplem todos os estudantes com transtornos e/ou deficiência.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas; Educação Inclusiva; Deficiência; Autismo; Porto Velho.

ABSTRACT

This article analyzes educational policies aimed at people with disabilities and Autism Spectrum Disorder (ASD) in the municipality of Porto Velho, between the years 2021 and 2024. The guiding question that directs the study is: what advances and challenges marked the implementation of inclusive public education policies in Porto Velho during the aforementioned period? The general objective is to analyze the public education policies implemented by the Porto Velho City Hall, focusing on actions aimed at the inclusion of people with disabilities and Autism Spectrum Disorder (ASD). In this work, we sought theoretical support in Lüdtke and Mega, in addition to carrying out documentary analysis, accessing the Municipal Secretariat of Planning, Budget and Management (SEMPOG) to identify the plan of the last administration, the Municipal Educational Plan (PME) and the Strategic Planning, which demonstrate the commitment to Special Education and the implementation of Inclusive Education actions in the Municipal Education Network. Through this study, and using data from the Municipal Department of Education (SEMED), we seek to ascertain the state of special education in the municipal school system in the face of challenges such as the Covid-19 pandemic, deliberative actions by public authorities, and the ongoing professional development of teachers. This work highlights that progress needs to be accompanied by greater continuity and evaluation, in order to guarantee equitable and inclusive education. It is hoped that this study will give greater visibility to public policies on special education, promoting improvements that encompass all students with disorders and/or disabilities.

KEYWORDS

Public Policies; Inclusive Education; Disability; Autism; Porto Velho.

RESUMEN

Este artículo analiza las políticas educativas dirigidas a personas con discapacidad y Trastorno del Espectro Autista (TEA) en el municipio de Porto Velho, entre los años 2021 y 2024. La pregunta que guía el estudio es: ¿qué avances y desafíos marcaron la implementación de políticas públicas de educación inclusiva en Porto Velho durante el período mencionado? El objetivo general es analizar las

políticas públicas de educação implementadas por el Ayuntamiento de Porto Velho, con énfasis en las acciones dirigidas a la inclusión de personas con discapacidad y Trastorno del Espectro Autista (TEA). En este trabajo, buscamos apoyo teórico en Lüdtke y Mega, además de realizar un análisis documental, consultando a la Secretaría Municipal de Planificación, Presupuesto y Gestión (SEMPOG) para identificar el plan de la última administración, el Plan Educativo Municipal (PME) y la Planificación Estratégica, que demuestran el compromiso con la Educación Especial y la implementación de acciones de Educación Inclusiva en la Red Municipal de Educación. A través de este estudio, y utilizando datos de la Secretaría Municipal de Educación (SEMED), buscamos determinar el estado de la educación especial en el sistema escolar municipal ante desafíos como la pandemia de COVID-19, las acciones deliberativas de las autoridades públicas y el desarrollo profesional continuo del profesorado. Este trabajo destaca que el progreso debe ir acompañado de una mayor continuidad y evaluación para garantizar una educación equitativa e inclusiva. Se espera que este estudio dé mayor visibilidad a las políticas públicas de educación especial, promoviendo mejoras que abarquen a todo el alumnado con trastornos y/o discapacidades.

PALABRAS CLAVE

Políticas Públicas; Educación Inclusiva; Discapacidad; Autismo; Porto Velho.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos maiores desafios contemporâneos para os sistemas educacionais. No Brasil, o processo de construção dessa política foi fortalecido a partir de legislações como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reafirmam o direito de todas as pessoas à educação em igualdade de condições.

No entanto, a prática ainda enfrenta obstáculos, especialmente em municípios que convivem com desigualdades sociais e limitações estruturais. Esse é o caso de Porto Velho, capital de Rondônia, uma cidade marcada pela diversidade cultural e pela forte migração populacional ao longo do século XX. O crescimento rápido da cidade trouxe demandas sociais urgentes, e a educação inclusiva passou a figurar como um campo de disputa entre avanços legais e dificuldades de concretização.

Entre 2021 e 2024, Porto Velho viveu um período em que a pandemia de COVID-19 impactou diretamente a escola. Professores, gestores e famílias enfrentaram o desafio de manter vínculos pedagógicos à distância, o que ampliou a necessidade de políticas públicas capazes de atender estudantes com deficiência e TEA (Transtorno do Espectro Autista) em condições adversas.

Diante disso, este artigo tem como questão-problema: Quais avanços e desafios marcaram a execução das políticas públicas educacionais inclusivas em Porto Velho no período de 2021 a 2024.

O objetivo geral é analisar essas políticas, identificando conquistas e fragilidades. Como objetivos específicos foram estabelecidos:

- Mapear as legislações e programas implementados;
- Identificar as ações de apoio pedagógico e acessibilidade;
- Discutir os impactos e limites das iniciativas na rede municipal de ensino.

Este estudo justifica-se de modo a compreender os avanços e limites locais não apenas para fortalecer o debate acadêmico, mas também possibilita que educadores, gestores e formuladores de políticas possam buscar estratégias mais permanentes para a promoção da inclusão.

A investigação propõe identificar as políticas públicas educacionais propostas no plano de governo da Prefeitura de Porto Velho para o período de 2021 a 2024, verificar as iniciativas específicas direcionadas à inclusão educacional de pessoas com deficiência e TEA, como também avaliar os resultados e impactos dessas políticas públicas na promoção da inclusão educacional no município de Porto Velho, contribuindo para o debate sobre práticas inclusivas e para o fortalecimento de políticas educacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos cinco anos, as produções científicas e institucionais sobre políticas públicas voltadas à inclusão e ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm se concentrado, predominantemente, na criação de instrumentos legais e administrativos para garantir o reconhecimento e o acompanhamento das pessoas com TEA nos espaços escolares e sociais.

Entre 2020 e 2025, destacam-se iniciativas municipais e estaduais que instituíram a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA, conforme previsto na Lei nº 13.977/2020 (BRASIL, 2020), bem como estudos que analisam a implementação dessas políticas em diferentes regiões do país. No contexto rondoniense, as pesquisas publicadas recentemente enfatizam a consolidação de políticas locais e a formação de professores para o atendimento de alunos autistas (Lima; Nobre, 2023).

Entretanto, a presente pesquisa distingue-se das anteriores por articular a análise de documentos normativos municipais, como o Plano de Governo (2021-2024), o Plano Municipal de Educação (2015-2024) e o Planejamento Estratégico da Prefeitura de Porto Velho, com dados administrativos e observações de práticas educacionais realizadas no mesmo período. Essa integração entre os instrumentos legais e a execução das políticas educacionais permite compreender, de forma mais ampla, os avanços e as limitações da gestão pública voltada à inclusão das pessoas com TEA no município.

A fim de contextualizar a presente investigação, foi elaborado um levantamento das produções e documentos institucionais publicados entre 2020 e 2025 que abordam políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Produções e documentos sobre políticas educacionais voltadas a inclusão e ao TEA (2020-2025)

Ano	Autor(es) / Instituição	Título / Documento	Tipo de produção	Principais contribuições	Relação com o presente estudo
2020	Brasil	Lei nº 13.977/2020 – Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA)	Legislação federal	Estabelece instrumento de reconhecimento e visibilidade da pessoa com TEA, reforçando a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Lei nº 12.764/2012).	Base normativa para a análise de políticas locais inspiradas na legislação nacional.
2021	Prefeitura Municipal de Porto Velho	Lei Complementar nº 864/2021 – Criação da Carteira Municipal de Identificação do Autista (CMIA)	Legislação municipal	Implementa a CIPTEA em âmbito local, assegurando o acesso prioritário a serviços públicos e privados no município.	Documento central para a compreensão da política pública local de inclusão.
2022	Prefeitura de Porto Velho / SEMPOG	Planejamento Estratégico Esquemático (2022–2025)	Documento administrativo	Estabelece metas e indicadores para políticas sociais e educacionais, com ênfase na ampliação do atendimento especializado.	Utilizado para identificar metas e estratégias de execução das políticas educacionais municipais.
2023	Lima e Nobre	“Políticas públicas para autistas em Porto Velho” (Revista FT – Ciências Humanas, v. 27, n. 127)	Artigo científico	Analisa avanços normativos e ações de inclusão para estudantes com TEA no município.	Fornecer referencial empírico recente para comparação com os resultados obtidos neste estudo.
2023	Varella	“Transtorno do Espectro Autista” – Hospital Albert Einstein / BVS	Texto técnico-divulgativo	Apresenta aspectos clínicos e conceituais sobre o TEA, contribuindo para a atualização conceitual.	Apoia a discussão teórica sobre o entendimento do TEA em políticas educacionais.

Ano	Autor(es) / Instituição	Título / Documento	Tipo de produção	Principais contribuições	Relação com o presente estudo
2024	SEMED Porto Velho	Relatório de formação docente – Curso “Autismo Estruturado”	Relatório institucional	Descreve formação de aproximadamente 1.100 professores da rede municipal voltada ao atendimento de estudantes com TEA.	Evidencia o impacto das políticas de capacitação vinculadas ao Planejamento Estratégico 2022-2025.
2025	Tripodi e Cury	Políticas educacionais	Obra teórica	Discute fundamentos e limites das políticas públicas na área educacional, com enfoque na efetividade e no acompanhamento das ações.	Fundamenta a análise crítica sobre monitoramento e avaliação das políticas locais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil (2020); Prefeitura Municipal de Porto Velho (2021, 2022); Lima e Nobre (2023); Varella (2023); SEMED Porto Velho (2024); Tripodi e Cury (2025), 2025.

Desta forma, o Quadro 1 apresenta a síntese dos principais materiais identificados, permitindo situar a pesquisa em relação às normativas vigentes e às produções recentes. Observa-se que, embora existam avanços significativos em termos de legislação e formação docente, ainda são escassas as análises que articulam, de forma simultânea, os documentos de planejamento municipal e as ações concretas de gestão educacional, aspecto que diferencia o presente estudo.

Além disso, ao evidenciar o expressivo investimento em formação continuada de professores e o predomínio de ações voltadas ao autismo em detrimento de outras deficiências, o estudo amplia a discussão sobre a priorização de determinadas categorias diagnósticas nas políticas de inclusão, perspectiva ainda pouco explorada nas publicações recentes (Tripodi; Cury, 2023).

2.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INCLUSÃO

As políticas educacionais podem ser compreendidas como instrumentos de materialização das intenções do Estado (Tripodi, 2023). Elas não se restringem a documentos normativos, mas devem garantir condições concretas de acesso, permanência e sucesso escolar.

No contexto atual, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a educação é um direito garantido às pessoas com deficiência, sendo essencial a implantação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, que promova o aprendizado ao longo da vida (Art. 27). Essa abordagem deve visar o desenvolvimento máximo das capacidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando as características, interesses e necessidades de cada indivíduo.

Assim como o parágrafo único do mesmo artigo reforça que é dever compartilhado entre o Estado, as famílias, a comunidade escolar e a sociedade assegurar uma educação de qualidade, protegendo

as pessoas com deficiência de qualquer tipo de violência, negligência ou discriminação. Já o Art. 28 estabelece que compete ao poder público criar, desenvolver, implementar, monitorar e avaliar medidas que garantam a efetivação desse direito.

Conforme a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999, a deficiência é definida no Art. 3º como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que resulte em incapacidade para realizar atividades consideradas dentro do padrão normal para o ser humano (I).

Uma vez que o mesmo artigo estabelece que a deficiência permanente é aquela que se mantém estável ao longo do tempo, sem possibilidade de recuperação ou com baixa probabilidade de alteração, mesmo com tratamentos disponíveis (II). Além disso, descreve a incapacidade como uma redução significativa na capacidade de integração social, exigindo o uso de recursos, equipamentos ou adaptações específicas para que a pessoa com deficiência possa transmitir ou receber informações e desempenhar atividades essenciais ao seu bem-estar e funcionalidade (III).

Pode-se observar que o Art. 4º identifica as categorias de deficiência: física, auditiva, visual, mental e múltipla, esta última envolvendo a associação de duas ou mais deficiências. Essa definição busca garantir a compreensão das diferentes condições e reforçar a importância de políticas inclusivas que respeitem as singularidades de cada indivíduo.

A Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelecendo categorias de deficiência e diretrizes para atendimento educacional especializado.

No campo da educação, as ações do Estado se concretizam por meio de iniciativas que buscam garantir acesso, qualidade e equidade no ensino. São essas iniciativas que traduzem as intenções governamentais em práticas reais, impactando diretamente a formação dos cidadãos. Nesse contexto, pode-se afirmar que “as políticas educacionais podem ser compreendidas como a implementação de ações governamentais, elas expressam formas de intervenção do Estado, ou seja, a sua materialização” Tripodi (2023, p. 14). Dessa forma, elas se tornam o reflexo das prioridades e valores de uma sociedade, orientando os caminhos para o desenvolvimento educacional e social.

Bem como as políticas educacionais podem ser entendidas como um conjunto estruturado de diretrizes, ações e decisões cuidadosamente planejadas para organizar, orientar e aprimorar a educação dentro de um contexto social específico. Essas políticas são uma resposta às demandas e desafios de uma sociedade, com o propósito de assegurar um ensino acessível e de qualidade para todos. Elas buscam respeitar as diversidades, aprimorar as capacidades individuais e promover um desenvolvimento que não seja apenas educacional, mas também humano e abrangente, alinhado às necessidades e aspirações coletivas.

Logo, as políticas educacionais são fundamentais para estruturar e orientar os caminhos da educação em uma sociedade. Elas traduzem as intenções e prioridades do Estado em relação ao ensino, buscando atender às necessidades da população. De acordo com Tripodi (2023, p. 14):

É possível, assim, entender “políticas educacionais” como programas ou ações governamentais voltadas para o campo da educação, envolvendo órgãos públicos, assim como diferentes organismos e agentes, que carregam consigo visões distintas das relações entre Estado e sociedade, além de diferentes concepções de educação e de seus fins.

Dessa forma, essas políticas vão além de ações governamentais; elas são pilares que fortalecem a sociedade, criando oportunidades que impactam diretamente a formação cidadã, a transformação social e a realização pessoal. Mais do que diretrizes, elas traduzem o compromisso de construir uma educação que alcance a todos, respeitando as diferenças e valorizando cada aluno. Assim, buscam garantir que cada criança, independentemente de sua origem, tenha a chance de aprender, crescer e sonhar com um futuro melhor.

2.2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Segundo o Ministério da Saúde (2022), o TEA caracteriza-se por alterações na comunicação, interação social e comportamento, apresentando níveis distintos de suporte (DSM-5). Caracterizado pela alteração das funções do neurodesenvolvimento, que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, como: ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses.

Além dos marcos legal, a literatura acadêmica tem se debruçado sobre a complexidade da implementação das políticas educacionais para o TEA. Autores como: Lima e Nobre (2025) falam que o Transtorno de Espectro Autista pode ter algumas características, como, por exemplo, ser associado com deficiência intelectual, dificuldades de coordenação motora e de atenção e, às vezes, as pessoas com autismo têm problemas de saúde física, tais como sono e distúrbios gastrointestinais, e podem apresentar outras condições como síndrome de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia ou dispraxia. Já na adolescência, podem desenvolver ansiedade e depressão.

Segundo Araújo e Neto (2014), com base no DSM-5, temos três níveis de espectro autista que são esses apresentados e com as seguintes características:

Autista de nível 1 de suporte: Indivíduo que apresenta as características clássicas do autismo, com base na dificuldade de interação social sem comprometimento intelectual, apresentando uma comunicação ativa, mesmo que mecânica. Precisando de suporte para atividades básicas do dia pela dificuldade em lidar com estímulos externos e ainda ser funcional.

Autista de nível 2 de suporte: Apresenta todas as características clássicas do autismo, tendo, por sua vez, uma comunicação mais mecânica e necessitando de mais suporte.

Autista de nível 3 de suporte: O autista precisa de suporte até mesmo para as mínimas interações, além do comprometimento de fala, não sendo verbal. Aqui, a maioria dos casos está associada também à deficiência intelectual. Crises podem acompanhar o indivíduo a vida toda.

De acordo com Varella (2023), acrescenta-se ao autismo:

Autismo de alto desempenho (também chamado de síndrome de Asperger): Os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São falantes e inteligentes, chegando a ser confundidos com gênios, porque são invencíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar uma vida próxima à normal.

Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE): Os indivíduos são considerados dentro do espectro do autismo, com dificuldade de comunicação e de interação social, mas

os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

Nesse contexto, políticas educacionais inclusivas devem contemplar a diversidade do espectro, promovendo práticas pedagógicas adaptadas às mais diferentes especificidades.

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO

Por isso, para que haja uma real efetivação das políticas educacionais de inclusão, é necessário que esse compromisso se torne realidade, é imprescindível que os profissionais da educação estejam bem preparados. A formação de professores desempenha um papel central nesse processo, pois é por meio dela que as políticas educacionais ganham vida nas salas de aula. Investir na formação permanente dos educadores é garantir que todos os alunos recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento. Para tal ação, Tardif (2014, p. 51) nos coloca:

[...] mergulhados na prática, tendo que aprender fazendo, os professores devem provar a si próprios e aos outros que são capazes de ensinar. A experiência fundamental tende a se transformar, em seguida, numa maneira pessoal de ensinar, em macetes da profissão, em *habitus*, em traços da personalidade profissional.

Desse modo, os professores são constantemente provocados a buscar estratégias e gerar propostas inovadoras de sua prática docente. Certamente não é uma tarefa fácil, em especial para aqueles que lidam rotineiramente com as reformas educacionais que, em sua maioria, não respeitam a realidade das escolas e em conformidade com algumas tendências e modismos, requerem resultados imediatos e desconectados do lugar e de suas peculiaridades, principalmente aqueles vinculados a atender as demandas quantitativas dos resultados educacionais.

Sobre isso, Imbernon (2009, p. 100) ressalta:

A profissão docente sempre foi complexa por ser um fenômeno social, pois em uma instituição de ensino e em uma sala de aula é preciso tomar decisões rápidas, para responder às partes e ao todo, à simplicidade ou à linearidade aparente daquilo com que se depara e à complexidade do ambiente que preocupa.

Portanto, a política educacional resulta desse modo, das concepções de Estado de determinado grupo que forma o governo em um determinado período. Ou seja, se as políticas educacionais serão mais sólidas ou frágeis, abrangentes ou focalizadas, conservadoras ou progressistas, vai depender, principalmente, do que pensam as instituições sobre o papel do Estado em uma sociedade, em termos educacionais Tripodi (2023).

Nesse sentido, há de se pensar em políticas de formação continuada a partir de novos valores e novos modelos organizativos, dizendo um basta na criação do protótipo de um profissional único, o que diverge da necessidade e da realidade dos professores.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. A escolha por esse tipo de pesquisa se justifica pelo objetivo de analisar políticas públicas a partir de seus registros formais (leis, planos e programas) e das reflexões já produzidas na literatura acadêmica. Em outras palavras, buscou-se compreender como as políticas de inclusão educacional são apresentadas e discutidas tanto no campo oficial quanto no científico.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida entre os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, com foco na análise de políticas públicas municipais de educação inclusiva voltada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nesse sentido, para a coleta de dados, foram consultadas as bases de periódicos SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (eduCAPES) e os portais institucionais da Prefeitura Municipal de Porto Velho, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPOG) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A escolha dessas fontes baseou-se na necessidade de reunir tanto produções acadêmicas quanto documentos oficiais, de modo a permitir uma análise triangulada entre pesquisa científica e gestão pública (Bucci, 2006).

As buscas foram realizadas mediante combinações de descritores, utilizando expressões como “Inclusão Educacional”, “Transtorno do Espectro Autista”, “Educação Inclusiva”, “Porto Velho”, “Plano Municipal de Educação” e “Carteira Municipal do Autista”. Os critérios de inclusão abrangeram documentos e produções publicados entre 2020 e 2025, com enfoque em políticas públicas e práticas formativas relacionadas ao TEA. Foram excluídos materiais de natureza meramente informativa, textos opinativos ou documentos desprovidos de identificação institucional.

Para evidenciar as atividades realizadas desde o levantamento inicial das fontes até a interpretação final dos resultados, permitindo que o processo seja replicado em investigações futuras sobre políticas públicas educacionais de caráter documental e garantir a reprodutibilidade e a transparência do percurso metodológico, as etapas da pesquisa foram organizadas em fases interdependentes, descritas de maneira sequencial no Quadro 2.

Quadro 2 – Fases dos procedimentos metodológicos da pesquisa

Fase	Descrição das atividades realizadas	Objetivo específico da fase	Ferramentas e fontes utilizadas	Período de execução
1. Levantamento inicial de fontes	Realizou-se a identificação de materiais relevantes sobre políticas públicas de inclusão e Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio da busca em bases científicas e documentos oficiais do município de Porto Velho. As palavras-chave utilizadas foram: “educação inclusiva”, “autismo”, “políticas públicas” e “Porto Velho”.	Reunir a totalidade dos documentos e produções científicas publicadas entre 2020 e 2025 relacionadas ao tema.	Bases SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (eduCAPES) e sites oficiais da Prefeitura de Porto Velho, SEMED e SEMPOG.	Dezembro de 2024
2. Seleção e triagem dos materiais	Aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão baseados na atualidade (2020–2025), relevância temática e vínculo com políticas públicas voltadas à educação inclusiva e ao TEA.	Garantir a pertinência e a confiabilidade das fontes analisadas, evitando duplicidades e textos sem base institucional.	Leitura exploratória e registro manual em planilha de controle (Excel/Google Sheets).	Dezembro de 2024
3. Organização dos dados e catalogação	Todos os documentos selecionados foram sistematizados em uma planilha contendo informações sobre título, autor, órgão emissor, tipo de documento, ano e endereço eletrônico.	Estruturar o corpus documental e assegurar a rastreabilidade das fontes.	Planilha eletrônica, Zotero (para registro bibliográfico) e armazenamento em nuvem (Google Drive).	Janeiro de 2025
4. Análise de conteúdo temática	Procedeu-se à leitura integral dos documentos e à codificação dos trechos relevantes em três categorias analíticas: avanços, desafios e mecanismos de monitoramento das políticas públicas.	Identificar padrões, convergências e lacunas nas ações municipais voltadas à inclusão educacional.	Método de análise de conteúdo conforme Bardin (2016); leitura crítica apoiada por marcadores e codificação manual.	Janeiro de 2025

5. Interpretação e elaboração dos resultados	Os dados categorizados foram interpretados à luz dos referenciais teóricos de Bucci (2006), Imbernón (2009) e Tripodi e Cury (2023), articulando os achados documentais à literatura sobre políticas educacionais.	Construir uma análise crítica que relacione o planejamento municipal com os princípios das políticas públicas de educação inclusiva.	Software de edição de texto, planilhas e gerenciador de referências (Zotero).	Janeiro de 202
---	--	--	---	----------------

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Bardin (2011), Bucci (2006), Imbernón (2009) e Tripodi e Cury (2023), 2025.

Desta forma, com base nas fases elencadas da pesquisa, a abordagem qualitativa foi adotada porque permite interpretar os documentos à luz de categorias analíticas, valorizando os significados e as intencionalidades presentes nos textos. Assim, a análise não se limitou a descrever legislações e programas, mas procurou identificar avanços, lacunas e contradições nas políticas educacionais voltadas para pessoas com deficiência e TEA em Porto Velho.

3.1 FONTES DE INFORMAÇÃO

- Legislações nacionais: como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei nº 13.977/2020, que constituem marcos legal fundamental para compreender o direito das pessoas com deficiência e TEA no Brasil. Essas normas forneceram a base para relacionar as políticas municipais ao arcabouço legal mais amplo;
- Documentos municipais acessados nas páginas oficiais: como o Plano de Governo (2021–2024), o Plano Municipal de Educação (2015–2024) e o Planejamento Estratégico da Prefeitura (2022–2025). A análise desses documentos permitiu verificar quais compromissos foram assumidos e de que maneira se alinham às diretrizes nacionais de inclusão;
- Produção acadêmica: foram consultados artigos indexados na SciELO e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de livros e relatórios especializados. Essa etapa foi importante para confrontar os documentos oficiais com análises críticas já existentes sobre políticas públicas e inclusão educacional;
- Referenciais teóricos: autores como Bucci (2006), Tripodi (2023), Tardif (2014) e Imbernón (2009) ofereceram suporte conceitual para compreender tanto a natureza das políticas públicas quanto os desafios da prática docente no processo de inclusão.

3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Foram incluídos documentos e textos que abordassem diretamente o tema das políticas educacionais inclusivas para pessoas com deficiência e TEA, seja em âmbito nacional ou municipal. Excluí-

ram-se materiais que tratassem de forma tangencial ou apenas histórica do tema, sem ligação direta com a análise das políticas entre 2021 e 2024.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O material coletado foi examinado por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com ênfase na identificação de três dimensões principais:

- Avanços - ações, programas e legislações que fortalecem a inclusão;
- Desafios - limitações e fragilidades das políticas;
- Convergência com a literatura – em que medida os documentos locais dialogam ou se distanciam das análises acadêmicas sobre inclusão educacional.

Com isso, a metodologia buscou não apenas descrever documentos, mas contextualizá-los no cenário de Porto Velho e interpretá-los à luz da produção científica da área.

Desta forma, os materiais localizados foram organizados em uma planilha eletrônica contendo informações sobre título, autor ou órgão emissor, ano de publicação, tipo de documento, endereço eletrônico e trechos relevantes para análise.

Para o tratamento dos dados, adotou-se a técnica de Análise de Conteúdo temática, conforme propõe Bardin (2011), com categorização dos excertos em três eixos: avanços, desafios e estratégias de monitoramento. Essa etapa analítica foi conduzida manualmente, com apoio do gerenciador bibliográfico Zotero para a padronização das referências e armazenamento dos materiais em formato digital.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise documental e bibliográfica evidencia que Porto Velho registrou alguns avanços importantes no campo das políticas educacionais inclusivas entre 2021 e 2024. Contudo, esses avanços ocorreram em paralelo a desafios estruturais e pedagógicos que ainda comprometem a efetividade da inclusão.

4.1 AVANÇOS IDENTIFICADOS

Um dos marcos relevantes foi à criação da Carteira Municipal de Identificação do Autista (CMIA), instituída pela Lei Complementar nº 864/2021. Esse documento facilitou o acesso das pessoas com TEA a serviços e benefícios, ao mesmo tempo em que fortaleceu a visibilidade dessa população no âmbito das políticas públicas.

Outro ponto positivo foi à formação de aproximadamente 1.100 professores em Autismo Estruturado, realizada em 2021. A qualificação docente é considerada elemento central para a efetividade da inclusão (Tardif, 2014; Imbernón, 2009), e o município deu um passo importante ao investir em capacitação específica.

No âmbito da gestão, a inserção de metas de Educação Inclusiva no Plano de Governo (2021–2024) demonstrou que a pauta ganhou maior centralidade no planejamento educacional municipal. De forma

complementar, a implantação da Central de Libras ampliou o acesso das pessoas surdas a serviços públicos e atividades escolares, respondendo a uma demanda histórica por acessibilidade comunicacional.

Por fim, destaca-se o esforço em adotar estratégias digitais de acompanhamento pedagógico durante a pandemia, recurso que, embora emergencial, favoreceu a continuidade da aprendizagem de estudantes com deficiência e TEA em um período de fortes restrições sociais.

4.2 DESAFIOS PERSISTENTES

Apesar desses avanços, os resultados também evidenciam obstáculos. O primeiro deles é a insuficiência de profissionais de apoio e de salas de recursos multifuncionais, condição que limita a personalização do atendimento às necessidades dos estudantes.

Outro desafio diz respeito à predominância de políticas voltadas ao TEA, em detrimento de ações mais amplas que contemplem outras deficiências. Essa priorização, ainda que positiva para os autistas possa reforçar desigualdades dentro do próprio público da educação inclusiva. Além disso, verifica-se a ausência de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação das ações realizadas. Sem esse acompanhamento, torna-se difícil mensurar o impacto das políticas, corrigir falhas e garantir continuidade.

Por fim, persistem limitações estruturais nas escolas e escassez de recursos pedagógicos adaptados, fatores que restringem a inclusão ao nível legal e normativo, mas não necessariamente à prática cotidiana.

Em síntese, os resultados confirmam que os avanços registrados foram significativos, mas insuficientes para garantir a plena inclusão escolar. Conforme defendem Lima e Nobre (2025), a inclusão só se concretiza quando acompanhada de políticas intersetoriais, monitoramento contínuo e investimentos consistentes em infraestrutura e formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada mostrou que, entre 2021 e 2024, Porto Velho apresentou avanços relevantes no campo da inclusão educacional. A criação da Carteira Municipal de Identificação do Autista (CMIA) e a implantação da Central de Libras representaram conquistas concretas no acesso aos direitos e serviços, ao mesmo tempo em que ampliaram a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Além disso, a formação de mais de mil professores em Autismo Estruturado constituiu um passo importante para a valorização da prática pedagógica inclusiva, reforçando o papel da capacitação docente como condição essencial para a efetividade das políticas.

Porém, os desafios persistentes revelam que tais medidas, embora relevantes, ainda são insuficientes para consolidar uma inclusão plena. A escassez de profissionais de apoio e de salas de recursos limita o atendimento especializado. A concentração das ações no público com TEA, em detrimento de outras deficiências, mostra que a inclusão ainda ocorre de forma parcial. A ausência de mecanismos consistentes de monitoramento e avaliação fragiliza a continuidade das políticas,

e a infraestrutura escolar inadequada reforça barreiras que dificultam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência.

Dessa forma, conclui-se que Porto Velho avançou em termos formais e legais ao adotar legislações, programas e iniciativas inovadoras, mas ainda enfrenta dificuldades para traduzir tais conquistas em uma inclusão real e cotidiana. Para que isso ocorra, é necessário:

- Ampliar a abrangência das políticas para todas as deficiências;
- Investir continuamente na formação docente e no suporte multiprofissional;
- Fortalecer a infraestrutura escolar e os recursos pedagógicos adaptados;
- Criar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação das ações.

Diante disso, é possível perceber que Porto Velho avançou, sobretudo, no plano normativo e programático, mas carece de uma transição para práticas pedagógicas e estruturais mais robustas. A inclusão, nesse sentido, não pode permanecer como uma promessa formal, cristalizada em documentos oficiais; ela precisa converter-se em experiência real, vivida no cotidiano escolar, em que cada estudante seja reconhecido em sua singularidade e tenha asseguradas condições concretas de aprendizagem e desenvolvimento.

A consolidação de uma educação inclusiva efetiva, portanto, exige não apenas a manutenção das iniciativas já executadas, mas também a expansão de sua abrangência, o fortalecimento de mecanismos avaliativos e a ampliação de investimentos em formação docente e infraestrutura. Só assim será possível superar o hiato entre o discurso normativo e a realidade prática, aproximando Porto Velho do ideal de uma escola verdadeiramente inclusiva, democrática e cidadã.

Portanto, o grande desafio que se impõe ao município consiste em transmutar a inclusão formalmente inscrita nos instrumentos legais e programáticos em uma inclusão efetivamente experienciada no cotidiano escolar. Trata-se de assegurar que os estudantes com deficiência ou TEA não permaneçam apenas como destinatários de direitos abstratos, mas que usufruam de oportunidades concretas de aprendizagem significativa, de participação plena nos processos educativos e de reconhecimento enquanto sujeitos de cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Álvaro Cabral; NETO, Francisco Lotufo. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 16, n. 1, p. 67-82, 2014. Disponível em: <https://www.rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/659>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-deconteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.977**, de 8 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm . Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: sessão 1, n. 250, Brasília, DF, p. 2, 28 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm?lang=en . Acesso em: 25 ago. 2025.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **O conceito de política pública em direito**. São Paulo: Saraiva, 2006.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-book. p. 99. ISBN 9788536321523. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321523/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LIMA, Márcia da Silva; NOBRE, ChimeneKunh. Políticas públicas para autistas em Porto Velho. **Revista FT**. Ciências Humanas, v. 27 - edição 1, 27 out. 2023. Disponível em: 24/08/2025

PREFEITURA Municipal de Porto Velho. **Planejamento estratégico esquematizado: revisão ii. REVISÃO II. 2022-2025**. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2024/08/23110/1734978076planejamento-estrat-egico-esquematizado-rev02final-assinado.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PREFEITURA Municipal De Porto Velho. **Plano de governo. 2021-2024**. Disponível em: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/artigo/31751/plano-de-governo>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PREFEITURA Municipal de Porto Velho. **Plano municipal de educação de Porto Velho**. 2015. Disponível em: <https://semed.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2023/07/23000/1689873289pme-aprovado-2015-a-2024-diagnostico.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

TRIPODI, Carlos Roberto; CURY, Zara F. **Políticas educacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2023. E-book. ISBN 9786555413830. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555413830/> . Acesso em: 25 ago. 2025.

VARELLA, Drauzio. **Transtorno do espectro autista**. Biblioteca virtual Uniesp.edu. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/nap/20180216113931.pdf . Acesso em: 24 ago. 2025

1 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Porto Velho, Rondônia. Graduada em Pedagogia Plena pela Universidade Federal de Rondônia -UNIR. É professora da rede municipal de Porto Velho. Grupo de pesquisa: HUMANIZE - GRUPO DE PESQUISA SOBRE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO SOCIAL E VIDA COTIDIANA.
E-mail: merylenne@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0829-9619>

2 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Porto Velho, Rondônia. Membro do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação e Infância (EDUCA) da UNIR. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2010). É professora da Prefeitura Municipal de Porto Velho desde 2012.
E-mail: anny12ms@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7020-7322>

3 Educador Social, Autista Nível 2, Historiador, Pesquisador e Extensionista. Pós doutor em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Ciências Sociais (área de Sociologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor Associado da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf). Líder do HUMANIZE: Grupo de Pesquisa sobre História, Educação Social e Vida Cotidiana.
E-mail: fabioandrade@unir.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5658-4485>

Recebido em: 8 de Setembro de 2025
Avaliado em: 12 de Novembro de 2025
Aceito em: 9 de Março de 2026



**A autenticidade desse artigo
pode ser conferida no site
<https://periodicos.set.edu.br>**

Copyright (c) 2026 Revista Interfaces
Científicas - Educação



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial 4.0 International License.

